

A TESE DO FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO: MITOS E REALIDADES

Sérgio Alfredo Massen Prieb*

Resumo: Este artigo trata do fim da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, procurando analisar dois dos principais defensores dessa tese: Adam Schaff e André Gorz. Esses autores constatam que, com toda a série de inovações tecnológicas em curso nos últimos 30 anos, a classe trabalhadora estaria fadada ao desaparecimento e, junto com ela, estaria ocorrendo a perda da importância do seu papel histórico de criadora de riqueza no modo de produção capitalista. Dessa forma, a classe trabalhadora estaria inapta a reivindicar a propriedade dos meios de produção por meio da superação positiva do capitalismo. Para contrapor a tese dos referidos autores, busca-se recuperar, na literatura marxiana e marxista da teoria do valor-trabalho, os elementos necessários para negar a perda da centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: trabalho; marxismo; Teoria do Valor.

1 Introdução

O modo de produção capitalista encontra-se historicamente em recorrente processo de transformação. A concorrência entre os capitalistas faz com que a luta pela diminuição dos custos de produção e pelo aumento das margens de lucro seja o motor do desenvolvimento das forças produtivas.

Na fase inicial do capitalismo, as máquinas eram movidas fundamentalmente por energia humana mas, com a introdução de novas fontes de energia, modificaram-se radicalmente as formas de produção. O homem continuou assumindo papel indiscutível na produção de riqueza capitalista, mas foi transformado pela classe dominante num apêndice da máquina durante o período de implantação da revolução industrial.

* Professor assistente do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM, doutorando em Economia Social e do Trabalho pela UNICAMP.

Uma nova fase de desenvolvimento técnico-científico tem ocorrido a partir do último quartel do século XX, com a introdução da informática, microeletrônica, robótica, cibernética, entre outros, o que faz com que o processo de produção seja novamente modificado.

O resultado de todas essas metamorfoses operadas no mundo do trabalho parece apontar para a desqualificação e precarização do trabalho, juntamente com o aparecimento de um crescente exército de desempregados ¹. Na realidade, muitos trabalhadores tendem a ser cada vez mais obrigados a submeter-se ao trabalho informal, à redução de salários ou à perda de direitos trabalhistas com a chamada flexibilização implantada por patrões e governos que seguem o ideário neoliberal. Na verdade, a discussão a respeito da introdução de inovações tecnológicas e da problemática do futuro do trabalho tem sido um tema recorrente ao longo do tempo. Marx, já no século XIX, havia delineado os perversos efeitos das inovações tecnológicas sobre a classe trabalhadora. É por seguir o referencial teórico a partir de Marx sobre a introdução da maquinaria e a teoria do valor-trabalho que se procura fundamentalmente qualificar e questionar a tese do fim da centralidade do trabalho no capitalismo atual.

2 As inovações tecnológicas e a tese do fim da centralidade do trabalho

Neste último quartel do século XX, as inovações técnico-científicas no capitalismo moderno amplificam-se a passos rápidos. Observa-se, a cada momento, o desenvolvimento das forças produtivas com a introdução da robótica, microeletrônica, automação, entre outras, além de novas formas de organização produtiva e empresarial, que implicam sensíveis alterações nos planos produtivo,

¹ Esta tese não é unânime, pois, de forma contraditória, têm gerado importância as hipóteses sobre o novo trabalhador e a exigência de qualificação (Reich, 1994).

de transportes, de comunicação, cultural, etc.² O processo de inovação técnico-científico, bem como as novas formas de organização produtiva e empresarial, implicam conseqüências nefastas à maioria dos trabalhadores, pois terminam aprofundando problemas inerentes ao modo de produção capitalista, como o desemprego de caráter estrutural. Com a sua obtenção ou até de maior volume de produção e com a diminuição dos gastos com capital variável, a lógica que norteia os capitalistas tende a ser a do crescente alijamento do trabalho vivo no processo de produção. Ao trabalho humano passa a ser atribuído um papel secundário no processo de criação de riqueza capitalista, o que já era observado por Marx nos *Grundrisse*:

El trabajo ya no aparece tanto como recluido en el proceso de producción, sino que más bien el hombre se comporta como supervisor y regulador con respecto al proceso de producción mismo (Marx, 1987, p. 228).

Também entre os economistas do século XIX, pode-se notar que Ricardo, em *Princípios de Economia Política e Tributação*, já chamava a atenção para os efeitos danosos que a introdução da maquinaria estaria trazendo para a classe trabalhadora:

O que desejo provar é que a descoberta e o uso da maquinaria podem ser acompanhados por uma redução da produção bruta e, sempre que isso acontecer, será prejudicial para a classe trabalhadora, pois uma parte será desempregada e a população tornar-se-á excessiva em comparação com os fundos disponíveis para empregá-la (Ricardo, 1982, p. 263).

Ricardo, no entanto, fiel à classe burguesa, acreditava que, embora trouxesse prejuízos à classe trabalhadora, a introdução da

² A problemática do desemprego extrapola a mera análise que parte do desenvolvimento das forças produtivas e de novas formas de gerenciamento. A ênfase é aqui estabelecida porque os autores que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho pautam sua análise sobre aqueles fatores.

maquinaria na produção capitalista deveria ser incentivada, pois os ganhos de produtividade propiciados, se não utilizados no país de origem, iriam para o exterior. Em outras palavras, tudo era válido quando se tratava de diminuir custos e ser mais competitivo no mercado externo.

Junto com as incessantes inovações técnico-científicas, surgem novos paradigmas de gestão e produção, o que faz com que o taylorismo e fordismo sejam aos poucos superados pelo toyotismo. Ao mesmo tempo, observa-se a implantação da chamada acumulação flexível³, que representaria um retorno às atividades de pequeno porte, subordinadas ao grande capital, que, para Harvey (1998, p.177), seria representada pela chamada “terceira Itália”⁴.

Em meio a toda a série de transformações no chamado “mundo do trabalho”, surgem, nos últimos 30 anos, tanto no meio acadêmico como político, vários autores formulando teorias que orbitam em torno da problemática do trabalho e do futuro da classe trabalhadora no mundo moderno. Em sua grande maioria, vêem o trabalho e, em consequência, a classe trabalhadora, como fadados a desaparecer. De maneira geral, essa classe estaria sendo conduzida para o “museu das antigüidades ao lado da roca de fiar e do machado de bronze”, para utilizar uma famosa frase de Engels.

Entre os principais autores que tratam do problema sob a ótica mencionada, destacam-se Schaff, Gorz, Aznar, Offe, Habermas, Rifkin, que, apesar de discordarem em inúmeros aspectos analíticos,

³ Piore e Sabel (1984) enfatizam, como um dos principais fenômenos da sociedade pós-fordista, o renascimento de formas próximas ao artesanato, caracterizadas pela ênfase no controle humano sobre o processo de produção. Para melhor compreensão de diversas experiências de alternativas internacionais ao fordismo, ver Ferreira et alii (1991).

⁴ Para uma análise crítica sobre a chamada “terceira Itália”, ver Kumar (1997, p. 52-55).

visualizam, à sua maneira, o fim do trabalho e, em consequência, da classe trabalhadora nos tempos modernos. O presente trabalho pretende-se restringir à discussão das formulações teóricas de Adam Schaff e de André Gorz⁵. A opção pela ênfase sobre os dois autores deve-se ao fato de serem estudiosos de grande prestígio no mundo acadêmico, considerados, por um longo período, eminentes representantes do pensamento marxista, e, apesar de ainda hoje utilizarem o referencial teórico marxista, ao adotarem a tese do fim da centralidade do trabalho, estariam negando cada vez mais as teses originais do pensamento marxiano.

O resultado da tese do fim da centralidade do trabalho é a observação do surgimento de uma sociedade pós-industrial, em que o trabalho deixaria de ter os pesos quantitativo e qualitativo atribuídos em outros tempos. Em consequência, se o trabalho não teria mais a importância que já teve na criação de riqueza capitalista no passado, não caberia, na atualidade, à classe trabalhadora, reivindicar aquilo que lhe seria de direito: a propriedade dos meios de produção e a superação positiva do capitalismo por um novo modo de produção, calcado na propriedade social dos meios de produção, e pelo monopólio do poder político nas mãos da classe trabalhadora.

A obra do autor polonês Adam Schaff, *A Sociedade Informática*, traz uma análise do desenvolvimento das forças produtivas a partir das consequências das chamadas duas revoluções técnico-industriais. A primeira estaria situada entre o final do século XVIII e o início do século XIX e a segunda, nos tempos atuais. A diferença entre as duas revoluções técnico-científicas seria que a atual

⁵ A importância dos dois autores na discussão sobre a centralidade do trabalho e do futuro da classe operária pode ser verificada na reprodução de um debate promovido pela *Revista Internacional* com a presença de André Gorz, Adam Schaff, Ernst Wimmer e Rudolf Dressler, publicado no Brasil pelo jornal Voz da Unidade.

não conduz somente a uma amplificação na produtividade do trabalho, mas também ao próprio fim do trabalho (Schaff, 1993, p. 22). Schaff busca, através de um exercício, muitas vezes de futurologia (que o próprio autor admite), afirmar que o trabalho desaparecerá, cabendo ao homem exercer outras atividades:

Baseio minhas conclusões no pressuposto de que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá gradualmente (isto é, o trabalho que consiste no emprego da própria capacidade em troca de um determinado salário ou seu equivalente sob a forma do preço recebido pelo fruto do trabalho de alguém)... Para evitar erros de interpretação, devemos salientar que a eliminação do trabalho (no sentido tradicional da palavra) não significa o desaparecimento da atividade humana, que pode adquirir a forma das mais diversas ocupações (Schaff, 1993, p. 42).

O autor, ao admitir o fim do trabalho (ao menos no sentido que conhecemos), acaba por negar também a própria existência das classes sociais (também no sentido que conhecemos), em uma sociedade futura não muito distante. Apesar disso, deixa em aberto se a classe capitalista desaparecerá, atribuindo à “natureza e ritmo da mudança social” que se operará no futuro, o destino da classe burguesa (Schaff, 1993, p. 44).

O que fica patente, na análise do autor, é a eternidade do capitalismo, que, na chamada “sociedade informática”, teria mantido a propriedade privada, apenas com “uma mudança de status da mesma” (Schaff, 1993, p. 44). No lugar antes ocupado pelas classes sociais se formarão estratos com a predominância da intelectualidade:

Provavelmente o lugar destas classes desaparecidas será ocupado por um estrato social integrado por cientistas, engenheiros, técnicos e administradores, que se incumbirão do funcionamento e dos progressos da indústria e dos serviços (Schaff, 1993, p. 45).

Com essa afirmação, Schaff acaba por refutar a idéia de que as relações de propriedade teriam uma função primordial no processo de regulação da produção, atribuindo-lhes um papel tão insignificante que conduziria à situação de a informática tomar o papel da propriedade. Disso se conclui que a luta pela propriedade dos meios de produção não teria mais sentido ⁶.

Da mesma forma que Schaff, André Gorz⁷ deixa clara a sua posição frente ao futuro da classe trabalhadora, perdida em meio às transformações trazidas pelo capitalismo moderno. A revolução microeletrônica estaria inaugurando a era da abolição do trabalho, com um duplo sentido: a) a quantidade de trabalho decresceria até se tornar marginal; b) o trabalho atual não implicaria mais uma ação exercida de forma direta entre o trabalhador e a matéria (Gorz, 1986, p. 56).

O desaparecimento da soberania do trabalho acabaria por destruir o que Gorz chama de “fundamento duplo do socialismo científico”, que seria, em primeiro lugar, a condução do processo revolucionário pela classe majoritária (proletariado) e, em segundo lugar, a existência de uma contradição entre a soberania do trabalho operário e suas relações de trabalho e a constante negação da soberania operária pelo capital (Gorz, 1987, p. 85-86).

⁶ Contrapondo a posição de Schaff, Wimmer nega que a propriedade esteja perdendo o seu sentido no modo de produção capitalista: “A velha teoria, segundo a qual a importância da propriedade está diminuindo, é refutada pelo próprio desenvolvimento da ciência e da técnica a que essa mesma teoria se refere”. (Wimmer, 1987, p. 45)

⁷ No Brasil, Braga afirma que posições próximas às de Gorz sobre a crise do trabalho podem ser encontradas nos textos e pronunciamentos do político Tarso Genro. Para Braga (1998, p. 31), a discussão sobre o desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente crise do trabalho encontraria em Gorz o debate original, enquanto, em Genro, a discussão seria apresentada em versão vulgarizada.

Dessa forma, para Gorz (1987, p. 86), o operário não deveria mais lutar pela tomada do poder, pois o trabalho não seria mais fonte de poder e teria deixado de ser um atributo exclusivo do trabalhador, ou seja, este estaria exercendo uma atividade passiva, sem ser o agente fundamental no processo de produção. O trabalhador estaria subordinado ao trabalho e não o inverso, sendo o trabalho uma atividade que tenderia a acontecer fora do domínio dos trabalhadores.

Com a decadência das classes trabalhadoras, é posta em xeque sua atribuição de agentes criadores de riqueza, bem como seu papel histórico de classe revolucionária, surgindo dessa decadência o que Gorz chama de “não-classe de não-trabalhadores”:

Durante mais de um século, a idéia de proletariado conseguiu mascarar sua irreabilidade. Essa idéia, hoje em dia, está tão ultrapassada quanto o próprio proletariado, porque, em lugar do trabalhador coletivo produtivo, nasce uma não-classe de não-trabalhadores que prefiguram, no interior mesmo da sociedade existente, uma não-sociedade na qual as classes seriam abolidas juntamente com o próprio trabalho e com todas as formas de dominação (Gorz, 1987, p. 87).

A chamada não-classe de não-trabalhadores seria composta por todos os indivíduos que estivessem à margem do moderno processo produtivo. Esse grupo estaria em confronto com o que Gorz chama de “minoridade privilegiada”, a classe operária inserida no mercado de trabalho. Para Gorz (1987, p. 89), a maioria da população pertenceria ao “neoproletariado pós-industrial”, sempre sujeito a exercer uma atividade inferior à sua capacidade e sempre prestes a retornar à condição de desempregado. Disso se conclui que Gorz passa a observar, no proletariado tradicional, uma classe inserida no sistema⁸, enquanto que o chamado neoproletariado pós-industrial estaria sujeito a algum tipo de ação transformadora⁹.

⁸Para Castel, não seria verdadeira a tese do “aburguesamento” da classe operária:

O chamado neoproletariado pós-industrial, não estando plenamente ajustado na sociedade capitalista, não teria nada a esperar do futuro e por isso mesmo poderia, a qualquer momento, até mesmo romper com o sistema vigente, possibilitando a criação do que o autor chama de uma “não-sociedade”, em que a idéia de soberania individual (tão presente no pensamento liberal) é retomada.

Antunes (1995, p. 90) chama a atenção para o fato de ser esse um dos grandes erros de Gorz, no sentido de não reconhecer jamais o papel revolucionário do proletariado tradicional, como se a “integração ao capital” fosse irreversível, o que só poderia ser contraposto com a superação do capital pela ação organizada e aglutinadora da classe trabalhadora. A essa crítica pode-se acrescentar outra, no sentido de que é difícil acreditar que uma classe (ou uma não-classe, como o autor denomina) que se aproxima do lumpensinato, que não possui idéia de conjunto da sociedade futura, como lembra Gorz (1987, p. 94), estaria sujeita a todo tipo de influências de grupos de interesses, seja a força viva que transformaria a sociedade atual em uma sociedade de novo tipo, de tempo livre¹⁰.

As pesquisas desenvolvidas nos anos 50 e 60 confirmam a persistência de um particularismo operário e de uma consciência da subordinação operária próxima da que foi analisada anteriormente para o fim dos anos 30. Dependência quanto às condições de trabalho cujas modalidades mudaram relativamente pouco no que diz respeito à relação de subordinação, indissociavelmente técnica e social, que implicam e que se traduz sempre pelo sentimento dos operários de estarem situados “socialmente embaixo” (Castel, 1998, p. 461-62).

⁹ Em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, Gorz já chamava a atenção para a tendência de um certo tipo de aburguesamento do operariado tradicional: “A tendência dominante da grande indústria moderna não é mais a exploração máxima...; a tendência dominante (na qual existem numerosas exceções que representam o passado, não o futuro) é a “integração dos trabalhadores” (Gorz, 1968, p. 57).

¹⁰ Em entrevista publicada no início dos anos 80, Gorz demonstra não ter muita convicção no potencial transformador desta “não-classe”: “Quanto à tomada do poder, se há um problema cuja inanidade eu creio ter demonstrado é esse. O

O trabalho seria, para a maioria dos trabalhadores, segundo Gorz, historicamente um desprazer, sempre com um caráter de alienação, não só no modo de produção capitalista como em qualquer outra forma de organização econômica:

Trata-se aí de uma alienação inerente não apenas às relações de produção capitalistas, mas à socialização do próprio processo de produção: ao funcionamento de uma sociedade complexa. Essa alienação pode ser atenuada em seus efeitos, mas não pode ser suprimida (Gorz, 1987, p. 19).

Da observação de Gorz conclui-se que, para o trabalhador, é indiferente viver no capitalismo ou no socialismo, pois ambos os modos de produção estariam sujeitos a reproduzir sua dependência e exploração no trabalho, independente de os meios de produção serem socializados ou privados, o que joga a classe trabalhadora em um total imobilismo e remete também a uma outra afirmação de Gorz contida tanto em *Adeus ao Proletariado* como em *Historia y Enajenación*, de que é falsa a concepção marxiana da existência de um papel histórico a ser desempenhado pelo proletariado e pela classe trabalhadora. O papel revolucionário, como já visto anteriormente, seria exercido somente pela não-classe de não-trabalhadores, assim denominada por Gorz.

3 O desenvolvimento das forças produtivas em Marx

O trabalho é uma categoria que se apresenta como fundamental na teoria marxista. Sendo imprescindível para o conhecimento da nossa história e da formação e desenvolvimento da sociedade, o trabalho é o elemento que nos diferencia de nossos

neoproletariado pós-industrial é evidentemente incapaz da tomada do poder, mas a mesma coisa vale para a classe operária tradicional” (Gorz, 1989, p. 174).

ancestrais do mundo animal, o que nos habilitou a exercer o domínio sobre a natureza. Foi a ação do trabalho que, na opinião de Engels, evoluiu nosso cérebro e, em consequência, proporcionou o desenvolvimento de vários órgãos dos sentidos, como a linguagem, a audição, a mão humana. Enfim, o homem é, ele próprio, resultado do trabalho:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é de fato, ao lado da Natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem (Engels, 1985, p. 215).

A riqueza capitalista apresenta-se, para Marx, como uma imensa coleção de mercadorias, sendo que o objeto de estudo de *O Capital* é a origem do processo de criação de riqueza capitalista¹¹. É dessa forma que Marx vai buscar, na observação da realidade que o cerca, o concreto, a partir da forma mais externa e acabada de riqueza, a mercadoria. E através de um exercício de abstração, os aspectos secundários são desprezados na observação do fenômeno, para que não prejudiquem a compreensão do fundamental: o conhecimento de todos os aspectos que envolvem o processo de produção e circulação de mercadorias. Só então se compreende a realidade da maneira como ela realmente se apresenta, como o concreto pensado de que Marx fala em *Para a Crítica da Economia Política*:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como

¹¹ Aceitemos o objeto de estudo assinalado pelo autor em *O Capital*: a riqueza capitalista, isto é, a riqueza na época do domínio do capital. O nosso problema é identificar a natureza dessa riqueza, em outras palavras, a nossa pergunta é: o que é a riqueza capitalista? (Carcanholo, 1993, p. 3).

resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação... as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (Marx, 1982, p. 14).

Embrenhando-se na tarefa de conhecer o funcionamento do modo de produção capitalista e a origem de sua riqueza, é que Marx depara-se com uma mercadoria especial que teria a qualidade de, ao ser utilizada no processo de produção, criar um excedente acima do que recebe como remuneração. A mercadoria é a força de trabalho, e o excedente é a mais-valia. A chave do enriquecimento capitalista seria, então, a apropriação pelos capitalistas das horas de trabalho a mais que o trabalhador é obrigado a cumprir, além do chamado tempo socialmente necessário, equivalente à remuneração percebida pelo trabalhador.

O trabalho representa, na teoria do valor de Marx, a medida e a determinação do valor, ou seja, é a fonte da criação de riqueza capitalista e, ao mesmo tempo, o instrumento que possibilita a troca entre dois objetos de diferente natureza e quantidade, reduzindo-os a uma característica que ambos têm em comum: o trabalho incorporado. Isso já difere de alguns autores clássicos como Smith¹² e mesmo Ricardo, que consideram o trabalho como fundamento de valor, mas a quantidade de trabalho, como determinante dos valores relativos das mercadorias, ocorreria apenas em determinadas circunstâncias (Ricardo, 1982, p. 43-63).

¹² Sobre Smith, esclarece Carcanholo: Observe-se bem que o trabalho cumpre aqui exclusivamente um papel de medida e não de determinação da magnitude de valor. (...) O que para Smith explica qual dessas quantidades de trabalho comandado mede a verdadeira magnitude do valor da mercadoria (...) é a soma das remunerações que devem ser pagas pela produção da mesma (salário, lucro e renda) (Carcanholo, 1988, p. 8).

Através da leitura de *O Capital*, observa-se que a mercadoria possui um duplo caráter, é valor de uso e valor de troca. O valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza, e o valor de troca aparece como a relação quantitativa entre valores de uso de espécie diferente (Marx, 1982, p. 45-46). A exemplo da mercadoria, também o trabalho possui duplo caráter: o trabalho concreto, que cria valores de uso, e o trabalho abstrato, criador de valor.

Sendo o trabalho, para Marx, a categoria fundamental para a criação de riqueza capitalista, observa-se que o processo de exploração do trabalho não se dá apenas pela ampliação da jornada de trabalho do operário (mais-valia absoluta), mas também pelo aumento da produtividade do trabalho através do desenvolvimento das forças produtivas (mais-valia relativa)¹³.

A introdução de novas tecnologias sempre foi motivo de discussão no seio da classe trabalhadora¹⁴. Marx já lembrava que, com a introdução da maquinaria, manifestava-se, perante o operariado, uma primeira expressão esclarecida de luta contra a produção capitalista. Mesmo que essa revolta tenha sido inicialmente despolitizada (o luddismo quebrava as máquinas e não o sistema econômico que aprisionava os trabalhadores), a introdução de novas

¹³ O afã desmedido de apropriação da mais-valia relativa se choca, assim, com a tendência à “supressão” do trabalho necessário, na medida em que a unidade que prevalece na relação entre o trabalho excedente e o necessário tende a ser rompida pela autonomização do primeiro e pela eliminação do segundo (Mazzucchelli, 1985, p. 33).

¹⁴ Gouverneur identifica a introdução da maquinaria como uma das três principais tendências que aparecem no desenvolvimento capitalista: (...) a tendência para desenvolver a mecanização (como uma arma na competição entre capitalistas e como um meio de afirmação de seu controle sobre os trabalhadores), a tendência para expandir a fonte de mais-valia e a produção visando ao mercado, a tendência ao incremento na taxa de mais-valia, a tendência ao desenvolvimento de práticas monopolísticas e a modificar as formas de concorrência, e assim por diante (Gouverneur, 1983, p. 159).

tecnologias teve conseqüências quase sempre perniciosas para o operariado, que vive somente da venda da sua força de trabalho.

Em *O Capital* (livro 1, volume 2), Marx não se furta em discutir os efeitos que as inovações tecnológicas, em especial a maquinaria, trazem ao capitalismo. Para Marx, existiriam três formas de desenvolvimento do modo de produção capitalista: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria.

A cooperação representa uma forma embrionária do capitalismo, em que um grupo de artesãos trabalha para um capitalista que lhes adianta matérias-primas e realiza a sua produção. A manufatura supera a cooperação simples através da transformação do antigo artesão autônomo em trabalhador coletivo. Já na fase da hegemonia da grande indústria, há a preponderância de máquinas no processo de produção, deixando o trabalho em uma posição submissa.

O que leva o capitalista a introduzir a maquinaria no processo de produção, como é óbvio, não é diminuir a fadiga do trabalhador:

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista (Marx, 1984, p. 7).

Também, obviamente, a diminuição da jornada de trabalho, que seria a alternativa mais racional de lidar com os efeitos perversos das inovações tecnológicas, não tem sentido em um modo de produção calcado na desigualdade e na exploração do homem pelo homem:

En efecto, se trata de esto; no de acortar la jornada laboral sino, para todo desarrollo de la fuerza productiva sobre una base capitalista, de acortar el tiempo de trabajo que necesita el trabajador para la reproducción de salarios, o sea la disminución de la parte de la jornada que él trabaja para sí mismo... (Marx, 1982, p. 77).

Assim sendo, o objetivo das inovações tecnológicas, aí incluída a maquinaria, é a diminuição do chamado tempo de trabalho socialmente necessário, que é a parte da jornada de trabalho que o trabalhador produz para si mesmo. Para reproduzir sua força de trabalho, em compensação, amplia-se o trabalho não pago, que é apropriado pelos proprietários dos meios de produção.

O aumento da exploração da mais-valia dá-se na forma de mais-valia relativa, em que o trabalhador produz mais riqueza em uma hora de trabalho do que antes produzia, nesta mesma hora, sem o auxílio da máquina:

Para o marxismo, a exploração é o impulso central da mudança tecnológica sob o capitalismo. Este traço não provém da “perversidade” da classe dominante, nem da “maldade oculta” dos gênios inovadores, mas da forma como está organizada a produção e o usufruto da produção social (Katz, 1995, p. 12).

Para o capitalista, as vantagens obtidas com a introdução da maquinaria no processo produtivo surgem de forma elementar. Ele visa diminuir o valor da força de trabalho, através do aumento da produtividade dos setores que produzem mercadorias de consumo dos trabalhadores. No processo concorrencial com outros capitalistas, ele consegue um lucro extraordinário, resultado do monopólio tecnológico no setor. É nesse período, que o capitalista procura aproveitar ao máximo a vantagem obtida, lançando mão também da mais-valia absoluta, através da ampliação da jornada de trabalho. Esta vantagem, no entanto, é temporária, devido à generalização das inovações tecnológicas:

Com a generalização da maquinaria num mesmo ramo de produção, cai o valor social do produto da máquina para seu valor individual e se impõe a lei de que a mais-valia não se origina das forças de trabalho que o capitalista substituir pela máquina, mas pelo contrário, das forças de trabalho que ocupa com ela (Marx, 1984, p. 31).

Como visto, os efeitos positivos que a introdução das inovações tecnológicas traz para a classe capitalista são bem visíveis. Para a classe trabalhadora, no entanto, as repercussões desse processo assumem um novo caráter, que Marx salienta no volume I de *O Capital* como sendo: a) a incorporação do trabalho feminino e infantil; b) o prolongamento da jornada de trabalho; c) a intensificação do trabalho.

Um aspecto a ser ressaltado na discussão de Marx sobre a introdução da maquinaria no processo produtivo é que ela libera força de trabalho vivo, engrossando, assim, o exército industrial de reserva. Esta tese entra em confronto com as posições defendidas por vários autores contemporâneos de Marx, como James Mill, Mac Cullouck, Senior, entre outros, que insistiam na tese de que o deslocamento de trabalhadores pela maquinaria liberaria, ao mesmo tempo, capital para reabsorção dos trabalhadores despedidos (Marx, 1984, p. 54).

Para Marx, o que ocorre é que, em alguns casos, a anexação acessória de ramos se desenvolve, incentivada pela grande indústria mecanizada. Apesar de Marx confirmar a redução relativa do número de trabalhadores, de modo algum afirma que as inovações tecnológicas conduzam ao fim do trabalho, da classe trabalhadora, ou ao que nos interessa neste artigo, o fim da centralidade do trabalho no processo de criação de riqueza capitalista.

4 A teoria marxista e a tese do fim da centralidade do trabalho

Os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho tentam, muitas vezes, procurar na obra do próprio Marx embasamento para suas formulações teóricas. Schaff, por exemplo, busca em uma passagem dos *Grundrisse*, a afirmação de que o trabalho e em consequência, a classe trabalhadora desaparecerá:

Citarei aqui – como curiosidade histórica e não como prova (ainda mais que para os marxistas seja algo mais que uma curiosidade: é antes a prova da clarividência de seu mestre) – o

fato de que Karl Marx previu a situação hodierna há mais de cem anos (em 1859), no primeiro esboço de O Capital, conhecido pelo título de Grundrisse. Nas páginas 582-600 desta obra (Dietz-Verlag, Berlim 1953) – que devido a estranhos infortúnios não veio à luz sob forma impressa senão em 1939-1941 – Marx previu o advento da automação e da plena automação, em decorrência das quais ocorreria uma mudança na posição do proletariado e da estrutura de classes da sociedade (Schaff, 1993, p. 43).

Sobre o comentário de Schaff pode-se, em primeiro lugar, afirmar que o autor não cita literalmente Marx, apenas faz uma referência à obra e à paginação da edição alemã; em segundo lugar, buscando-se na fonte (mesmo que na publicação em espanhol), observa-se que não há, na referida obra, o sentido que Schaff busca extrair dos escritos de Marx. Assim sendo, vale a pena verificar o que Marx escreveu nos *Grundrisse*:

Tan pronto como el trabajo en su forma inmediata há cesado de ser la gran fuente de la riqueza, el tiempo de trabajo deja, y tiene que dejar, de ser su medida y por tanto el valor de cambio [deja de ser la medida] del valor de uso. El plustrabajo de la masa há dejado de ser condición para el desarrollo de la riqueza social, así como el no-trabajo de unos pocos há cesado de serlo para el desarrollo de los poderes generales del intelecto humano. (...) Desarrollo libre de las individualidades, y por ende no reducción del tiempo de trabajo necesario con miras a poner plustrabajo, sino en general reducción del trabajo necesario de la sociedad a un mínimo, al cual corresponde entonces la formación artística, científica, etc., de los individuos gracias al tiempo que se há vuelto libre y a los medios creados para todos (Marx, 1987, p. 228-29).

Com a afirmação de que, com o desenvolvimento da grande indústria, o homem tornar-se-ia livre do aumento do tempo de trabalho socialmente necessário e do mais-trabalho, podendo dedicar-se, então, à sua formação artística, científica, etc., Marx refere-se a uma sociedade com organização econômica socialista, esta, sim, uma

sociedade de tempo livre, resultado da introdução de inovações tecnológicas, que viriam beneficiar os trabalhadores e não escravizá-los ainda mais. No capitalismo, a introdução de novas tecnologias resulta em diminuição de salários, desqualificação do trabalho e ampliação do exército industrial de reserva, sendo errôneo interpretar a afirmação de Marx como se fora referida a uma sociedade de caráter capitalista, como interpreta Schaff.

Sobre a problemática acerca do fim da lei do valor, devido à expansão da mecanização no modo de produção capitalista, não se encontram em Marx quaisquer referências em favor dessa tese. O que se verifica é que, em Marx, a lei do valor deixa de ter sentido em um modo de produção superior ao capitalista¹⁵. Nos *Grundrisse*, existe uma passagem que atesta a posição do autor sobre a manutenção do trabalho como medida e determinante do valor no capitalismo, apesar do advento das inovações tecnológicas:

El capital mismo es la contradicción en proceso [por el hecho de] que tiende a reducir a un mínimo el tiempo de trabajo, mientras que por otra parte pone al tiempo de trabajo como única medida y fuente de la riqueza. Disminuye, pues, el tiempo de trabajo en la forma de tiempo de trabajo necesario, para aumentarlo en la forma del trabajo excedente; pone por tanto, en medida creciente, el trabajo excedente como condición – question de vie et de mort – del necesario (Marx, 1987, p. 229).

O que se pode concluir da afirmação de Marx é que, para ele, a redução do tempo de trabalho vivo não elimina a lei do valor no

¹⁵ Sobre este tema, Rosdolsky afirma: “Llegamos así al problema tantas veces planteado de la vigencia da ley del valor en el socialismo. Todo mundo sabe (o lo sabía en su momento, mejor dicho) que para los fundadores del marxismo, el valor se consideraba como una categoría “que es la expresión más amplia de la esclavización de los productores por parte de su propio producto” (Anti-Dühring). De esto sólo se desprende ya que en modo alguno podían extender también a la sociedad socialista (o comunista) la vigencia da ley del valor” (Rosdolsky, 1989, p. 477).

capitalismo. O trabalho incorporado na produção continua sendo a categoria fundamental no processo de criação de riqueza capitalista, bem como o trabalho vivo, o determinante e medida de valor. O fato de o processo produtivo ter sido transformado pelas inovações tecnológicas implica que ocorre um aumento da quantidade de mercadorias produzidas, resultado do aumento de produtividade incomparavelmente superior alcançado, o que possibilitaria a redução da jornada de trabalho, sem diminuição dos salários.

O modo de produção capitalista não sobrevive sem o trabalho¹⁶. Isso pode ser verificado através da constante busca pelo aumento da exploração do trabalho, ainda hoje facilmente constatado no mundo todo, basta observar a relutância dos capitalistas em aceitar a redução da jornada de trabalho, proposta pelo movimento sindical. Assim sendo, a *contradição em processo* de que nos fala Marx encontra-se ainda presente no capitalismo contemporâneo, com os capitalistas tentando constantemente desfazer-se do trabalhador, mas, ao mesmo tempo, necessitando nutrir-se de sua força de trabalho.

Partindo da teoria do valor de Marx, Teixeira afirma que o trabalho abstrato possui algumas determinações fundamentais:

- 1) Redução dos diferentes trabalhos concretos a um trabalho uniforme, não diferenciado e simples; em suma, a um trabalho que seja qualitativamente idêntico;
- 2) Indiferença do trabalhador diante do tipo de trabalho que realiza;
- 3) Transformação do trabalho num simples meio de produção de riqueza, o que, por isso mesmo, o torna;
- 4) Fonte de exploração e, portanto,
- 5) Fonte de desumanização do homem, na medida em que se trabalha unicamente para viver (Teixeira, 1995, p. 109).

¹⁶ “O homem e seu trabalho foram e continuarão sendo o fogo vivificante da produção. Os sistemas de máquinas cumprem funções que o homem lhes dita, mesmo que ele próprio não seja capaz de realizá-las, e somente podem seguir o caminho por ele traçado” (Wimmer, 1987, p. 97).

Aceitando-se as determinações sintetizadas por Teixeira, baseadas em Marx, e retomando as concepções teóricas básicas dos defensores da tese do “fim da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora”, pode-se dizer que é exatamente no que concerne ao fim do trabalho abstrato que aqueles se apóiam para argumentar sobre a total anacronicidade da teoria do valor de Marx. Já para Teixeira, as características do trabalho abstrato é que, justamente, estariam ainda presentes no capitalismo contemporâneo.

De forma semelhante, Antunes também constata que é no fim do trabalho abstrato que a maioria dos autores que divulga a tese do fim da centralidade do trabalho se apóia:

Os críticos da sociedade do trabalho, com honrosas exceções, “constatam empiricamente” a perda de relevância do trabalho abstrato na sociedade moderna, convertida em sociedade “pós-industrial” e de “serviços” e, conseqüentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, “o fim da utopia da sociedade do trabalho” em seu sentido amplo e genérico (Antunes, 1995, p. 85).

Aceitando-se a tese de que o trabalho abstrato é a categoria determinante para a criação de riqueza capitalista e que é através da extração de mais-valia que a classe capitalista obtém seu ganho, exercendo seu domínio sobre a classe trabalhadora, devido a aquela ser tão somente proprietária dos meios de produção, caberia à classe espoliada reivindicar aquilo que lhe é de direito: tornar-se ela própria proprietária dos meios de produção e, a partir daí, obter o fruto integral do seu trabalho. Para tanto, torna-se necessária a superação positiva do capitalismo por um modo de produção que, ao invés de caracterizar-se pela propriedade privada dos meios de produção, caracterize-se pela propriedade social dos meios de produção.

No entanto, se o trabalho não é mais o responsável pela criação de riqueza no capitalismo, como propõem os defensores da tese do fim da centralidade do trabalho, devido à constante diminuição do componente vivo do trabalho em relação ao componente morto (o

que pode ser constatado ao menos no setor industrial e agrícola), torna-se desprovida de fundamento qualquer tentativa da classe trabalhadora de reivindicar a propriedade dos meios de produção. Dessa forma, através das inovações tecnológicas, além de novas formas de gestão e demais transformações operadas no mundo do trabalho, estaríamos vivenciando a eternidade do modo de produção capitalista.

As inovações tecnológicas podem ser benéficas para toda a sociedade, desde que não sob um modo de produção de caráter excludente, como o capitalista. O tempo livre que o trabalhador teria com a diminuição da jornada de trabalho só seria realmente viabilizado em proveito próprio, sob a organização de uma sociedade em que não houvesse o predomínio da propriedade privada dos meios de produção.

5 Considerações finais

Com a chamada terceira revolução industrial, uma série de inovações tecnológicas vai ser implantada, como o desenvolvimento da robótica, microeletrônica, automação, além de novas formas de gerenciamento, fazendo com que o perfil do mundo do trabalho se modifique de forma acelerada, nos próximos anos, tanto nos países desenvolvidos como nos países do terceiro mundo.

Observa-se, a todo instante, a precarização do trabalho, com a introdução de relações de trabalho, que deveriam estar, ao menos nos países desenvolvidos, em processo de plena decadência. Pochmann (1995, p. 43) considera que a segmentação e polarização do trabalho, de um lado, e as medidas de flexibilização dos salários, a insegurança no emprego e a crise da proteção social, de outro lado, seriam as características gerais da nova dinâmica de crescimento dos países industrializados.

O setor terciário passa a ocupar um lugar de destaque, em especial nos países desenvolvidos, apesar de o setor industrial ainda

ser expressivo¹⁷. Amplifica-se cada vez mais a flexibilização do trabalho¹⁸, com as empresas buscando proliferar os empregos temporários, de subcontratação, em que os salários são mais baixos e os direitos dos empregados cada vez menores. Uma das formas mais difundidas de flexibilização do trabalho tem sido a utilização do trabalho em tempo parcial, que segundo Baglioni, em 1985, significavam 20% do emprego total na Dinamarca, Holanda, Grã-Bretanha e Suécia, enquanto, na Alemanha e França, superavam os 10% (Baglioni, 1992, p. 31).

Utilizando dados fornecidos por Mattoso (1994, p. 533), pode-se verificar que o emprego parcial, temporário e independente, nos países avançados, cresceu de forma acelerada no período 1979-89. Na França, no período compreendido entre 1979 e 1990, o emprego parcial subiu 73,17%, o emprego temporário teve um acréscimo de 128,78%, e apenas o emprego independente manteve-se estável. Na Inglaterra, o emprego parcial, durante o mesmo período, subiu 66,46%, o emprego temporário manteve-se estável, enquanto o emprego independente teve um acréscimo de 87,12%. A Itália teve

¹⁷ Ainda no período de crise, a queda tendencial do emprego industrial nos países desenvolvidos em relação ao emprego total é muito desigual: nos EUA, ele passou de 33,4% em 1960, para 27,2% em 1982; na Alemanha, de 45,9% para 41,8%, respectivamente; no Japão, de 28,5% para 34,5%! E ainda, nos casos em que existe uma queda percentual, não se trata de uma queda em termos absolutos: nos EUA, no período indicado, o emprego industrial passou de 17.149 mil para 20.286 mil. O compilador das estatísticas mencionadas conclui que “na escala mundial, existem mais trabalhadores industriais do que em qualquer período da história” (Coggiola, 1995, p. 154).

¹⁸ Mattoso divide a estratégia de flexibilização em dois tipos: a funcional ou interna, na qual os empregados estáveis teriam diminuído suas conquistas em troca da manutenção do emprego; e a flexibilização numérica ou externa, voltada aos trabalhadores permanentes mas desqualificados, sujeitos à substituição por outros de salários ainda menores, e aos trabalhadores externos, que trabalham em regime de subcontratação (Mattoso, 1994, p. 535).

pouca variação tanto no emprego parcial como no temporário. Em compensação, teve um acréscimo de 59,25% no emprego independente.

O que pode ser observado é que há uma nítida tendência de amplificação da precarização do emprego nos países desenvolvidos. Nos países do terceiro mundo, como o Brasil, essas novas formas de emprego ganharam impulso a partir dos anos 90, juntamente com a implantação da política neoliberal de plena abertura comercial.

Outro aspecto que deve ser ressaltado, na discussão sobre as atuais metamorfoses do mundo do trabalho, refere-se à jornada de trabalho. Por muitos anos, desde o período da primeira revolução industrial, a luta pela diminuição da jornada de trabalho vem sendo uma demanda constante dos movimentos organizados dos trabalhadores. Na Inglaterra do século XIX, a jornada de trabalho chegava a 18 horas diárias, como Marx mostra no capítulo sobre a jornada de trabalho em *O Capital* (Marx, 1983). Na atualidade, em que alguns países como o Canadá implementam uma jornada de 30,5 horas semanais, muitos embates entre o capital e o trabalho foram e, por certo, ainda serão travados. O que se observa é que historicamente tem ocorrido tanto a diminuição quanto ao prolongamento da jornada de trabalho, variando conforme a situação de cada país e de determinadas categorias profissionais¹⁹.

Utilizando dados reunidos por Dal Rosso (1996, p. 106-107), observa-se que, embora de maneira geral haja uma tendência à

¹⁹ Sobre a questão da redução ou prolongamento da jornada de trabalho, Dal Rosso considera que os dois fenômenos estão intercalados: “Alongamento e redução da jornada não são processos estanques ou isolados. São combinados. Em primeiro lugar, articulam-se na seqüência da evolução da curva de trabalho. Mas existe uma segunda relação mais estreita entre eles. As forças que desencadeiam a redução do tempo de trabalho numa ponta, desencadeiam também o seu aumento noutra extremidade” (Dal Rosso, 1996, p. 426).

diminuição da jornada de trabalho nos países desenvolvidos, esta tendência não acompanha o superior aumento do número de assalariados. Nos EUA, no período de 1983 a 1992, houve uma diminuição de 0,6 h semanais, aumentando, no entanto, a população assalariada de 92,1 milhões para 117 milhões. A Alemanha teve, no mesmo período, diminuída sua jornada semanal em 0,5 h; no entanto, a população assalariada passou de 24,1 milhões para 27,9 milhões. O Japão teve uma redução da jornada no referido período em 3,0 h semanais; em contrapartida, teve um aumento da população assalariada de 42,1 milhões, em 1983, para 51,2 milhões, em 1992. Ainda podemos acrescentar os exemplos do Chile, do Paraguai e da Suécia, que, mesmo tendo aumentado suas populações assalariadas, também tiveram um aumento na jornada de trabalho.

Em relação à produtividade do trabalho, considerando-a como o resultado da divisão do PIB real pelo número de trabalhadores ocupados, e utilizando os dados fornecidos por Mattoso (1994, p.538), pode-se observar que a produtividade do trabalho tem variado a taxas reduzidas ao longo dos anos, mesmo em períodos em que o PIB teve um relativo aumento.

Os países da OCDE tiveram, no período 1960-1968, uma taxa anual média de crescimento do PIB real per capita de 3,9 e, no mesmo período, atingiram uma taxa de produtividade de 4,1. No período posterior, 1968-1973, apresentaram, respectivamente, uma diminuição para 3,5 na variação da taxa do PIB real, assim como uma diminuição para 3,4 pontos na taxa de produtividade. No período de 1973-1979, a queda da variação do PIB real foi para 1,9 pontos, e a variação na produtividade atingiu 1,6 pontos. Por fim, no período de 1979-1989, observa-se a variação positiva do PIB em 2,1 pontos e a manutenção da variação da produtividade em 1,6.

Entre os países da CEE, houve, no período 1960-1968, uma taxa de crescimento do PIB real per capita de 3,8. No período 1968-1973, este índice atingiu 4,2, e a taxa de produtividade do trabalho

variou de 4,6 para 4,3, respectivamente. No período 1973-1979, a taxa de crescimento do PIB foi de 1,9, e a taxa de produtividade do trabalho de 2,4. Esses índices alcançaram, no período 1979-1989, respectivamente, 1,9 em relação ao PIB, e 1,6 em relação à taxa de produtividade.

O significado dessa observação é de grande valia para confirmar que as classes trabalhadoras não estão acabando. Se assim fosse, os dados de produtividade deveriam ser maiores, devido à diminuição do número de trabalhadores. Juntamente com os referidos dados sobre a jornada de trabalho, pode-se verificar que, ao contrário de uma observação aparente sobre o do futuro da classe trabalhadora, esta classe está aumentando e não diminuindo. Mesmo que o progresso tecnológico esteja suficientemente desenvolvido para poupar trabalho, e conseqüentemente, diminuir a jornada, não é o que está ocorrendo. O que há, na realidade, é o aprofundamento da exploração do trabalho, como ficou demonstrado com o aumento da flexibilização do trabalho, em todas as suas variantes, o que serve para confirmar a importância do trabalho vivo, ainda hoje, no processo de criação de riqueza capitalista, e a atualidade da teoria do valor de Marx nesta virada de século.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 155 p.
- BAGLIONI, Guido. Las relaciones laborales en Europa en el decenio 1980-1990. In: BAGLIONI, Guido (org.). **Las relaciones laborales en Europa: el desafio de la flexibilidad.** Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992, p. 21-67.

- BRAGA, Ruy. Velhas Ideologias para a “Nova Esquerda”: Tarso Genro e o Revisionismo Contemporâneo. **Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 2, p. 31-45, nov. 1998.
- CARCANHOLO, Reinaldo. **A dialética da mercadoria**: guia de leitura. O Capital: Ciclos, Circulação e Rotação. Roteiro de Estudo. Vitória: UFES, 1993. 62 p.
- CARCANHOLO, Reinaldo. **O valor, a riqueza e a teoria de Smith** (Versão Preliminar). Campina Grande: UFPB, 1988. 25 p.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.
- COGGIOLA, Osvaldo. A classe operária hoje. In: KATZ, Claudio et alii. **Novas tecnologias**: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, p.147-155.
- DAL ROSSO, Sadi. **A jornada de trabalho na sociedade**: o castigo de Prometeu. São Paulo: LTR, 1996. 477 p.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 239p.
- FERREIRA, Cândido G. et alii. Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro. **Cadernos do CESIT**, Campinas, n. 4, 1991. 34 p.
- GORZ, André. **Estratégia operária e neocapitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 196 p.
- GORZ, André. **Los caminos del paraíso**: para comprender la crisis y salir de ella por la izquierda. Barcelona: Laia, 1986. 196 p.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 203 p.

- GORZ, André. A alienação só pode ser superada fora do trabalho assalariado. In: Vários Autores. **A sociedade:** entrevistas do Le Monde. São Paulo: Ática, 1989, p. 167-176.
- GOUVERNEUR, Jacques. **Contemporary capitalism and marxist economics.** Totowa: Barnes & Noble Books, 1983. 300 p.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1988. 349 p.
- KATZ, Claudio. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In: KATZ, Claudio e COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995, p. 9-17.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 258 p.
- MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política – Vol. 1, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 301 p.
- MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política - Vol. 1, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 306 p.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política:** Grundrisse - Vol. 2. 11. ed. México: Siglo Veintiuno, 1987. 493 p.
- MARX, Karl. **Progreso técnico y desarrollo capitalista:** Manuscritos 1861-1863. México: Siglo Veintiuno, 1982. 228 p.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 242 p.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995. 210 p.
- MATTOSO, Jorge. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de (Org.) et alii. **O**

- mundo do trabalho:** crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994, p. 521-562.
- MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo:** o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985. 196 p.
- PIORE, Michael e SABEL, Charles F. **The second industrial divide:** possibilites for prosperity. New York: Basic Books, 1984. 355 p.
- POCHMANN, Marcio. **Políticas do trabalho e de garantia de renda mínima no capitalismo em mudança:** um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje. São Paulo: LTR, 1995. 256 p.
- REICH, Robert. **O trabalho das nações:** preparando-nos para o capitalismo do século 21. São Paulo: Educator, 1994. 318 p.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286 p.
- ROSDOLSKY, Roman. **Génesis y estructura de El Capital de Marx** (Estudios sobre los Grundrisse). 6. ed. México: Siglo Veintiuno, 1989. 630 p.
- SCHAFF, Adam. **A sociedade informática:** as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 157 p.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. Marx e as metamorfoses do mundo do trabalho. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, n. 8, p. 106-113, fev. 1995.
- VOZ DA UNIDADE – Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro, São Paulo, n. 505, p. 15-17, 1.9.1990.

WIMMER, Ernst. O Trabalho do Futuro e o Futuro do Trabalho.
Problemas da Paz e do Socialismo – Revista Internacional,
São Paulo, ano VI, n.3, p. 89-98, jul./ago./set. 1987.